



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
Secretaria Municipal de Administração – SEMAD
Controle Administrativo – CA



MEMO Nº 00105/2020 – SEMAD/CA

Parauapebas/PA, 28 de fevereiro de 2020.

De: **SEMAD**

Para: **CPL**

Att: Dr^a. Fabiana de Souza Nascimento

Coordenadora

Fabiana de Souza Nascimento
Coordenadora de Licitação e Contrato
28/02/2020

Assunto: ADITAMENTO CONTRATUAL PRAZO E VALOR DO CONTRATO Nº 20180176 E ADITIVO QUANTITATIVO DE 25%.

OBJETO DO CONTRATO: Contratação para prestação de serviços de limpeza, asseio e conservação, controle de acesso, copeiragem, preparo e distribuição de refeição, inclusive escolar, serviços de transporte e serviços de monitoramento escolar, no Município de Parauapebas, Estado do Pará - **Empresa Recicle Serviços de Limpeza Eireli, contrato nº 20180176.**

Ocorre que a prestação de serviço supracitado tem o seu prazo de validade até a data de 12/03/2020, necessitando assim, ser prorrogado até a data de 12/03/2021 para que seja mantida a continuação dos serviços prestados pela contratada.

Tendo em vista a necessidade de continuação de atendimento a população, surge a necessidade da continuação dos serviços, onde os mesmos já se encontram em funcionamento.

O contrato dos serviços em que o Poder Público Municipal seja locatário pode ser prorrogada, como neste caso, onde a lei ampara tal conduta do agente público. Esta permissividade legal está contemplada no **inciso II**, do artigo 57, da lei 8.666/93 que assim dispõe:

Art. 57...

“II. a prestação de serviços a serem executados de forma continua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vista a obtenção de preços e condições mais vantajosas para administração, limitada a sessenta meses.”

Assim sendo, em conformidade com o dispositivo legal em comento, temos a especificação da possibilidade de prorrogação do prazo contratual.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
Secretaria Municipal de Administração – SEMAD
Controle Administrativo – CA



Planejamento, Orçamento e Gestão – SLTI/MP. Se os valores forem superiores aos fixados pela SLTI/MP, caberá negociação objetivando a redução dos preços de modo a viabilizar economicamente as prorrogações de contrato;”

“194. Realizados essas considerações, conclui-se que, em se tratando de prorrogação contratual para serviços de natureza continuada, a realização de pesquisa junto ao mercado e outros e órgãos/entidades da Administração Pública, al’[em de fictícia, já que não retrata verdadeiramente o mercado, é onerosa e burocrática, portanto absolutamente desnecessária.”

Art. 25.

§ 3º A vantajosidade econômica, de que trata o inciso IV do caput deste artigo, para prorrogação de contratos de serviços continuados para fornecimento de bens e utilidades, produzidos ou elaborados nas dependências do TCU ou fora delas, estará assegurada, dispensando-se a realização de pesquisa de preços, quando houver previsão contratual de que o objeto contratado será reajustado tendo por base índice previamente definido no edital.

À contratada manifestou o interesse em manter a prestação dos serviços. Assim, apresentamos a seguir as razões que nos levam a entender viável e justificada a prorrogação da vigência do supracitado contrato.

Neste caso, além das questões contratuais expostas que permitem a prorrogação, são inquestionáveis as vantagens para a administração, posto que:

- a) o aditamento contratual evitará a realização de nova licitação;
- b) A continuidade na prestação dos serviços já contratados minimizaria custo, vez que nossos servidores já estão familiarizados com a forma de trabalho da contratada, evitando inaptações que poderiam nos gerar custos não programados;
- c) Permite a continuidade sem tumulto dos serviços, porque não implica em mudanças estruturais;
- d) Os serviços vêm sendo prestados de modo regular e tem produzido os efeitos desejados.

Informamos ainda, que foi observado a necessidade de contratações de novos profissionais e por isso vimos informar o interesse da Prefeitura em realizar o Aditivo Quantitativo pelo período de vigência do contrato conforme **CLAUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO AUMENTO OU SUPRESSÃO:**



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
Secretaria Municipal de Administração – SEMAD
Controle Administrativo – CA



Pode-se inferir também que, para prorrogação do prazo contratual, há de se levar em conta as vantagens para a administração conforme comprovação da vantajosidade da prorrogação do contrato administrativo realizado através de pesquisa de preços no mercado. A Instrução Normativa nº 02/2008 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão estabelece no artigo 36, §2º que toda prorrogação de contratos será precedida da realização de pesquisas de preços de mercado ou de preços contratados por outros órgãos e entidades da Administração Pública, visando a assegurar a manutenção da contratação mais vantajosa. Da mesma forma a jurisprudência do Tribunal de Contas da União era uniforme no sentido da necessidade da realização de pesquisa de preços.

Contudo, recentemente o Tribunal de Contas da União inovou e consignou o Informativo nº 153/2013. Assim, de acordo com o entendimento proferido neste informativo, para a prorrogação de contratos administrativos prevista no inciso II do artigo 57 da Lei nº 8.666/1993 não seria obrigatório à realização de pesquisa de preços.

Os Informativos do TCU contêm resumos de algumas decisões proferidas relativas a licitações e contratos, e tem por finalidade facilitar o acompanhamento dos aspectos relevantes que envolvem o tema. A seleção das decisões do Informativo é feita levando em consideração o ineditismo da deliberação, a discussão no colegiado ou a reiteração de entendimento importante.

O Informativo nº 153/2013 do TCU apresentou uma decisão inédita ao informar ***não ser obrigatória*** a realização de pesquisa de preços para a prorrogação de contratos administrativos de prestação de serviços de natureza contínua.

Acórdão 1.214/2013 – Plenário

“ a vantajosidade econômica para a prorrogação dos contratos de serviço continuada estará assegurada, dispensando a realização de pesquisa de mercado, quando:

- houver previsão contratual de que os reajustes dos itens envolvendo a folha de salários serão efetuados com base em convenção, acordo coletivo de trabalho ou em decorrência da lei;

- houver previsão contratual de que os reajustes dos itens envolvendo insumos (exceto quanto a obrigações decorrentes de acordo ou convenção coletiva de trabalho e de Lei) e materiais serão efetuados com base em índices oficiais, previamente definidos no contrato, que guardem a maior correlação possível com o segmento econômico em que estejam inseridos tais insumos ou materiais;

- no caso de serviços continuados de limpeza, conservação, higienização e de vigilância, os valores de contratação ao longo do tempo e a cada prorrogação forem inferiores aos limites estabelecidos em ato normativo da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
Secretaria Municipal de Administração – SEMAD
Controle Administrativo – CA



" 1. No interesse da Administração do contratante, o valor inicial atualizado deste Contrato poderá ser aumentado ou suprimido até o limite 25% (vinte e cinco por cento), conforme disposto no artigo 65, parágrafos 1º e 2º, da Lei nº 8.666/93."

Considerando a previsão do art. 65 da Lei nº 8.666/93, que possibilita alterar o Contrato, com a devida justificativa, quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica ao seu objetivo. Assim como, previsto no item 1 da cláusula décima e no item 1 da cláusula vigésima do referido contrato.

Diante do exposto, caracterizando a extrema necessidade, levando em consideração a previsão contratual de igual prazo e valor e a possibilidade de acréscimo de 25% relativo ao contrato de nº **20180176**, firmado entre as partes pleiteado, e o expresso interesse da contratada no aditivo de **R\$ 9.648.241,44 (nove milhões, seiscentos e quarenta e oito mil, duzentos e quarenta e um reais e quarenta e quatro centavos)** conforme planilhas anexa a esse processo, sendo **R\$ 8.064.320,04** (oito milhões, sessenta e quatro mil, trezentos e vinte reais e quatro centavos) para aditivo Prazo e Valor e **R\$ 1.583.921,40** (hum milhão, quinhentos e oitenta e três mil, novecentos e vinte e um reais e quarenta centavos) para o Aditivo quantitativo, pedimos celeridade no processo de aditamento aqui solicitado e para tanto, encaminhamos Relatório do fiscal do contrato juntamente com a cópia da portaria nº 022/2018; Aceite da Secretaria Pertinente ao Contrato; Aceite da empresa expressando o interesse na prorrogação contratual e aditivo quantitativo; e documentos da empresa relativos à sua habilitação e cumprimento das obrigações trabalhistas.

Cássio André de Oliveira
Secretário Municipal de
Administração
Decreto nº 012/2017